



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS DE
FELGUEIRAS**

Curso de Especialização em Educação Especial

Domínio Cognitivo e Motor

**Domínio Cognitivo e Motor / Comunicação Alternativa e
Aumentativa**

ESTUDO CASO

Carlos Alberto Espinha Marcos

Professor Doutor Jorge Joaquim Martins Vaz

Felgueiras, Março, 2014

ÍNDICE

Introdução	4
Caso a analisar	6
Da referenciação ao relatório técnico-pedagógico.....	8
Revisão de literatura	10
Modelo de aprendizagem.....	10
Dificuldades de aprendizagem.....	13
Comunicação	14
Definição de comunicação, linguagem, fala.....	15
Problemas na comunicação.....	15
Perturbações da linguagem.....	16
Perturbações da fala.....	16
Plano educativo individual.....	17
Comunicação Alternativa e Aumentativa.....	18
Considerações finais	21
Bibliografia	22
Sitografia.....	23
Normativos.....	24
Anexos	25
Anexo 1.....	26
Anexo 2.....	29
Anexo 3.....	39
Anexo 4.....	47

ÍNDICE DE FIGURAS

Modelo de aprendizagem de Gagné	10
---------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas: “Domínio Cognitivo e Motor” e “Comunicação Alternativa e Aumentativa”.

Tendo em consideração a história escolar e social de um aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) foi proposto a elaboração da sua referenciação e respetivo Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) que servirá de base para a elaboração do Programa Educativo Individual (PEI) do aluno.

Na revisão da literatura, tal como aconselhado pelo professor, realizei uma abordagem ao modo de como se processa a aprendizagem de um indivíduo baseada no livro de Vítor da Fonseca (“Dificuldades de Aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar”) em torno do Modelo de Aprendizagem de Gagné.

Estando este estudo caso ligado a problemas ao nível da linguagem expressiva e compreensiva, pareceu pertinente incluir na revisão literária alguns tópicos relacionados com esta problemática. Contudo, antes de abordar esta temática faz-se uma abordagem às dificuldades de aprendizagem.

Na elaboração do RTP, tendo como base os dados do relatório do aluno fornecido pelo professor, reconstruí-se todo o processo, desde a elaboração do documento de referenciação ao roteiro de avaliação e *checklist*, e, por fim o RTP propriamente dito, documento chave no processo para que o aluno beneficie ou não das medidas previstas no Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

Por sua vez o PEI, que deverá ser elaborado num período máximo de 60 dias após a referenciação de acordo com o artigo 8º do decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, é o documento que integra o processo individual do aluno e onde são documentadas as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação da sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo, e se fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação.

Na comunicação alternativa e aumentativa, previamente faz-se uma ligeira revisão da literatura de forma a enquadrar o conjunto de atividades que se apresenta, que visam estimular as aprendizagens dos alunos, de modo a tornar mais fácil a comunicação de crianças que o podem fazer.

Construiu-se um livro, em *powerpoint* e impresso, que gira em torno de uma personagem, a partir da qual se dá a conhecer os principais elementos de uma cozinha. Para o efeito fizeram-se frases utilizando o *Widgit software*. Esta ferramenta permite a construção de uma comunicação escrita através de símbolos e imagens. Neste livro em *powerpoint*, propõem-se ainda exercícios em torno da temática cozinha, do tipo causa-efeito, nos quais a cada clique sobre uma imagem existe uma resposta, correspondendo a uma aprendizagem.

Na mesma linha de causa-efeito, mas com enfoco na estimulação sensorial propõem-se a utilização dos *softwares Chimes, Babysmash e SwitchGame*, com os quais a interação aluno/computador é feita através do teclado e do rato, sendo acompanhada de música e cor, com as correspondentes alterações no monitor. Além destes materiais, para uso informático, elaborei fichas nas quais o aluno assinala contornando ou escrevendo de acordo com o que lhe é solicitado.

Foi ainda elaborado um mapa semântico com recurso a pictogramas, subordinado ao tema “O ovo”.

O presente trabalho e as actividades nele mencionadas encontram gravadas num CD colocado no verso da contracapa.

CASO A ANALISAR

Como já foi referido anteriormente, o ponto de partida deste trabalho, é um documento (e.g. Anexo 1), fornecido pelo professor, com a história escolar e pessoal de um aluno com necessidades educativas especiais, o qual se passa a descrever.

O(A) aluno(a) C encontra-se matriculado no terceiro ano de escolaridade e manifesta algumas dificuldades no seu desenvolvimento global.

O aluno apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam as aprendizagens e promovem atrasos no desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória. Além disto, revela também dificuldades ao nível da atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

O aluno vive com os pais e duas irmãs mais velhas, ambas com NEE, na localidade de Ourondo. O meio socioeconómico e cultural considera-se desfavorecido. O ambiente familiar é rico em termos afetivos, mas pouco estimulante em termos de desenvolvimento. É um ambiente em que parece existir falta de regras. Apesar de tudo, trata-se de uma família empenhada e atenta no que respeita ao bem-estar e desenvolvimento do aluno.

O aluno apresenta um défice grave nas funções mentais da linguagem (grupo das funções mentais específicas) e uma grave incapacidade de memorização, que juntos prejudicam a sua capacidade de reter e evocar os conteúdos das atividades desenvolvidas na sala de aula. Além disso, demonstra uma incapacidade moderada nas funções psicomotoras.

No que diz respeito ao grupo das funções da voz e da fala, o aluno apresenta uma incapacidade moderada nas funções de articulação, fluência e ritmo da fala. Por outro lado, no que respeita ao grupo das funções mentais globais o aluno manifesta défice grave nas funções intelectuais. As incapacidades do aluno ao nível das funções mentais globais e específicas têm impacto na aquisição de aprendizagens e no desempenho das diferentes tarefas escolares, bem como na capacidade de lidar com novas situações, em particular, quando as tarefas exigem uma mudança de estratégia cognitiva. Tudo isto em conjunto faz com que o aluno demonstre dificuldades acentuadas em realizar uma tarefa única.

O aluno do caso em estudo beneficiou do disposto no ponto 2 do artigo 19 do decreto – Lei nº 3/2008 de 7 janeiro: adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória por um ano. O aluno beneficia também de sessões de terapia da fala, psicomotricidade e terapia ocupacional na UAM na escola sede de agrupamento.

No ano letivo de 2012/2013, foi apoiado pela educação especial na escola de 1.º CEB, às segundas-feiras e quintas-feiras, e também na UAM, na manhã de quinta-feira. Durante o segundo período do ano letivo, o aluno começou a beneficiar de “um tempo” de expressão plástica na UAM.

O pai do aluno faleceu durante o primeiro período do ano letivo de 2012/2013. Desde então, o aluno vive com a mãe, as duas irmãs e o avô materno.

No segundo período do mesmo ano letivo, o aluno foi consultado por um oftalmologista que lhe prescreveu óculos graduados, que passou a usar diariamente.

DA REFERENCIAÇÃO AO RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

Com base nos fatos descritos na história escolar e pessoal do aluno, foi elaborado o documento de referenciação e respectivo relatório técnico-pedagógico (e.g. Anexo 2).

A referenciação de uma criança ou jovem, de acordo com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro deve ser feita, sempre que se tenham conhecimento de eventual existência de necessidades educativas especiais.

No mesmo artigo do Decreto-Lei anteriormente mencionada, pode-se ler que a referenciação é feita aos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas.

Segundo Perreira (2008), a formalização da referenciação é realizada através do preenchimento de um formulário disponibilizado pela escola, no qual se regista o motivo da referenciação, informações sumárias sobre a criança ou jovem e se anexa toda a documentação que se considere importante para o processo de avaliação. O documento de referenciação é um meio para assinalar aos órgãos de gestão da escola uma criança com dificuldades.

Após a recepção deste documento, compete ao órgão de gestão solicitar “ao Departamento de Educação Especial (DEE) e aos serviços técnico-pedagógicos de apoio aos alunos a avaliação das crianças e jovens referenciados e a elaboração do respetivo relatório técnico-pedagógico” (Perreira, 2008, p. 22).

Uma vez assinalada a criança e verificando-se a necessidade de uma avaliação especializada, o conselho executivo poderá solicitar a intervenção de outros técnicos ou serviços, para que em conjunto com os encarregados de educação se constitua uma equipa pluridisciplinar que avalie as necessidades específicas do aluno.

Após a constituição da equipa, deve-se em primeiro lugar analisar toda informação disponível para posteriormente se decidir o que é necessário avaliar, quem vai avaliar e como se avalia de acordo com os documentos de preparação individual da reunião de equipa e roteiro da avaliação, documentos que fazem parte integrante do RTP.

Para a elaboração do roteiro de avaliação e da checklist, é necessário a aplicação da “Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens” (CIF-CJ), a qual permite classificar e qualificar os seguintes componentes: atividade e participação (desde a aprendizagem básica e observação, até áreas mais complexas tais como as relacionadas com as tarefas sociais); fatores ambientais

(constituem o ambiente físico e social no qual as pessoas vivem e conduzem a sua vida). Outro componente, as funções do corpo (qualificador genérico com escala negativa, utilizado para indicar a extensão ou magnitude de uma deficiência), também presente na documentação, é avaliado por médicos ou psicólogos.

Baseado nestes documentos é, por fim, feito o relatório técnico-pedagógico (RTP), no qual é sintetizada a informação recolhida anteriormente nas componentes atividade e participação, fatores ambientais e funções do corpo que vão determinar as razões da NEE do aluno e as respetivas respostas e medidas educativas a adotar.

A avaliação do aluno deve decorrer no espaço de sessenta dias, após ter sido dado despacho pelo órgão de gestão do documento em que se faz a referenciação do aluno, neste período de tempo para além do RTP é também elaborado o PEI.

REVISÃO DE LITERATURA

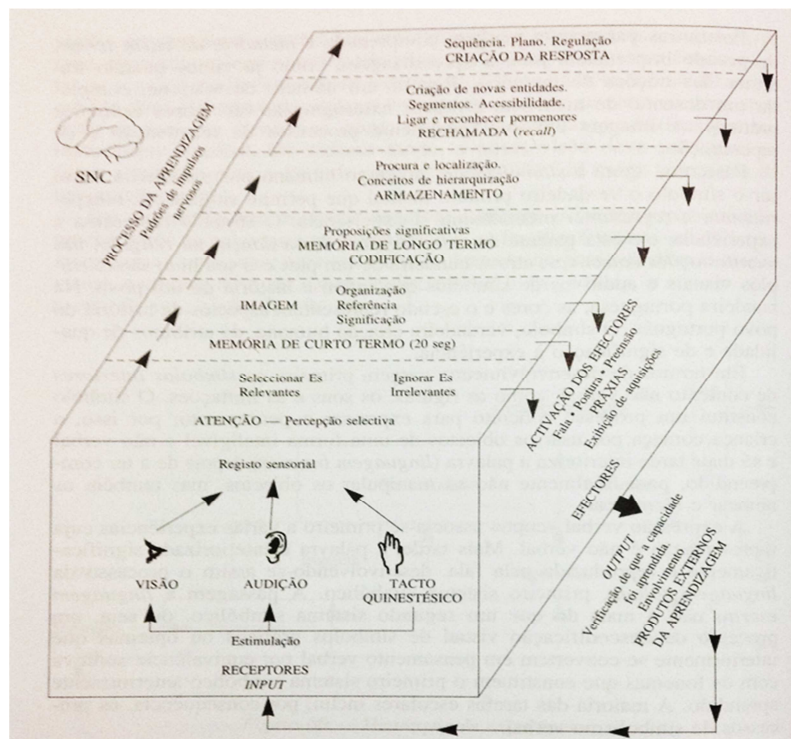
MODELO DE APRENDIZAGEM

Quando falamos em aprendizagem pensamos instintivamente no nosso cérebro e nos seus hemisférios direito responsável pelos conteúdos não-verbais e hemisfério esquerdo considerado responsável pelos conteúdos verbais.

Sendo uma estrutura complexa, o cérebro comanda todo o nosso comportamento, recebe e transmite toda a informação que nos permite agir (*outout*). Reage a todos os estímulos externos, controla a parte motora dos nossos músculos e faz a gestão das emoções. Só falamos e nos fazemos entender devido à sua capacidade de processar a informação que recebemos (*input*), contudo o seu funcionamento é complexo e portanto muito difícil de estudar e compreender.

O cérebro é o órgão principal da aprendizagem, é onde reside a memória, o conhecimento e o pensamento, em suma: a inteligência.

Uma forma de explicar como o nosso cérebro actua nas aprendizagens de um indivíduo é através do “Modelo de Aprendizagem de Gagné”.



Modelo de aprendizagem de Gagné

A aprendizagem passa pela recepção de estímulos através dos nossos recetores sensoriais (audição, visão e tato quinestésico), que fazem o *input* da informação por um processo neurológico onde se desenrola a descodificação, transdução, retenção e codificação, e, por fim, um processo psicológico que concebe a percepção, a imagem, a simbolização e a conceptualização.

Porém, impõe-se uma abordagem mais atenta e pormenorizada do modo de como o cérebro processa a informação, de forma a que se torne possível materializar em conhecimento e aprendizagem pelo Homem. O *input* passa pelos recetores visuais, auditivos e do tato quinestésico, que fazem a recepção e registo sensorial dos conteúdos verbais e não-verbais. Por sua vez o *output* (a fala, a postura e a preensão) acaba por ser a exibição das aquisições pelos efetores, que vai permitir a verificação de que a capacidade foi aprendida.

Todo o processo de aprendizagem se desenvolve no sistema nervoso central, no qual o primeiro passo começa pela atenção. Sendo a atenção um processo cognitivo é através dela que o cérebro focaliza e seleciona estímulos - percepção seletiva.

Constantemente recebemos estímulos, contudo só atendemos a parte deles, fazendo ligações com aqueles que chamaram a nossa atenção. A função do cérebro é selecionar os estímulos necessários ao processamento da informação, sendo impossível não se estar com atenção em qualquer momento do processo.

Todo este processo é influenciado por fatores como a novidade, intensidade, movimento e interesses do sujeito. Para que tal aconteça, a atenção tem um papel preponderante no desencadeamento do processo de aprendizagem do indivíduo, dependendo da junção de dois fatores: um estímulo apropriado, mas também uma condição própria do organismo, que dependendo de múltiplos fatores podem contribuir para o insucesso da apreensão da informação.

“A atenção compreende uma organização interna (proprioceptiva, táctilo-quinestésica) e externa (exteroceptiva, visual e auditiva) de estímulos, organização essa indispensável, caso contrário as mensagens sensoriais são recebidas mas não integradas” (Fonseca, 2008, p. 364).

A atenção não é um esforço sem aprendizagem devido à memória, “que é o meio através do qual se estabelece a noção de controlo que nasce do exame da experiência anterior, em confronto com a experiência presente.” (Fonseca, 2008, p.169).

Segundo este mesmo autor, a memória é um sistema funcional e inter-hemisférico que usa as funções do hipocampo e que afeta a aprendizagem.

A aprendizagem está intimamente ligada à memória de curto prazo que “tem as funções de atenção e de discriminação das mudanças momento a momento, que ocorrem no envolvimento e a função de armazenamento temporário (...) da informação quando esta está a ser processada, manipulada, organizada e codificada para a memória de longo termo.” (Fonseca, 2008, p.380).

A memória de curto prazo tem a faculdade de transitar para memória de longo prazo, necessitando para isso de atenção, repetições e do estabelecimento de ideias associativas, de uma imagem, que “é um processo que permite lidar com a informação sensorial depois de esta ser interrompida.” (Fonseca, 2008, p.184).

As imagens substituem as palavras de forma a serem fixadas (armazenadas ou memorizadas) e ao mesmo tempo criam na mente as condições adequadas à aprendizagem. É neste ponto que entra a memória de longo prazo que tem a função de receber, armazenar e rearmazenar a informação já devidamente processada, de forma a que esteja disponível para ser utilizada e reutilizada sempre que for necessário.

Este armazenamento da informação vai permitir ao indivíduo compará-la com a informação presente, e, deste modo, permitir-lhe prever decisões e ações.

Neste processo “ao «chamar» e «rechamar» a informação, o cérebro está apto a combiná-la e a organizá-la (...) daí o papel integrativo da memória, função indispensável à análise, à seleção, à conexão, à síntese, à formulação e à regulação das informações necessárias à elaboração, à planificação e à execução de comportamento.” (Fonseca, 2008, p.169).

“A aprendizagem compreende assim, um processo funcional dinâmico que integra quatro componentes cognitivos essenciais: o *input* (auditivo, visual, táctilo-quinestésico, etc.); a cognição (atenção, memória, integração, processamento simultâneo e sequencial, compreensão, planificação, autorregulação, etc.); o *output* (falar, discutir, desenhar, observar, ler, escrever, contar, resolver problemas, etc.); e a retro-alimentação (repetir, organizar, controlar, regular, realizar, etc.). ” (Fonseca, 2008, p.531).

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

De acordo com Fonseca (2008), a investigação das Dificuldades de Aprendizagem (DA) tem sido controversa e fundamentalmente pouco produtiva no que respeita a um melhor controlo e a uma maior compreensão das suas causas e consequências.

Cruz (2002), no que diz respeito às DA considera que existem dois tipos de definição, uma mais conceptual e outra mais operacional. Quanto à primeira, a mais conceptual, a *National Joint Committee on Learning Disabilities* sugere uma definição que envolve os seguintes cinco aspetos (Cruz, 1999):

“as Dificuldades de Aprendizagem resultam em dificuldades significativas na aquisição e uso da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita, do raciocínio e/ ou habilidades matemáticas; (...) são intrínsecas aos indivíduos, presumivelmente devem-se a disfunções do sistema nervoso central e ocorrem ao longo da vida; (...) podem ocorrer concomitantemente com outras dificuldades, as quais por si só não constituem uma Dificuldade de Aprendizagem; (...) não são causadas por influências extrínsecas.”

Por seu lado, a definição operacional envolve a simultaneidade de quatro critérios de diagnóstico das Dificuldades de Aprendizagem (Cruz, 1999):

1. “Critério de Especificidade ou de Inclusão - refere-se à especificação de onde ocorrem as Dificuldades de Aprendizagem, ou seja, o que é que elas são (i.e., dificuldades significativas na aquisição e uso da compreensão auditiva, fala, leitura, escrita, raciocínio e/ou habilidades matemáticas);
2. Critério de Exclusão - pretende determinar o que as Dificuldades de Aprendizagem não são, diferenciando-as assim de outras dificuldades que podem coexistir com elas;
3. Critério de Discrepância – sendo o critério mais conhecido, este refere-se à falta de concordância entre o resultado real de uma aprendizagem e o esperado, em função das habilidades cognitivas da pessoa;
4. Adequadas Condições Pedagógicas - apesar de pouco referido, este critério prende-se com a necessidade de existirem adequadas condições pedagógicas para se definir uma Dificuldade de Aprendizagem, ou seja, ausência de dispedagogia.” (p.10).

De uma forma mais sintetizada podemos definir “o conceito das DA como um conjunto heterogéneo de desordens, perturbações, transtornos, discapacidades, ou outras expressões de significado similar ou próximo, manifestando dificuldades significativas, e ou específicas, no processo de aprendizagem verbal, isto é, na aquisição, integração e

expressão de uma ou mais das seguintes habilidades simbólicas: compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do cálculo.” (Fonseca, 2005, p.16).

Uma avaliação das DA deve ser multi e transdisciplinar e realizada por profissionais especializados, abrangendo as componentes médica, psicológica e pedagógica, de forma a ser o mais exata possível. Para Fonseca (2001) ao nível da escola esta deve ter um modelo de avaliação psicopedagógica dinâmica na qual deve haver uma participação de psicólogos e a professores treinados para o efeito, num processo dinâmico e monitorizado, cujo objetivo é desenvolver a capacidade de aprendizagem dos alunos e não avaliar o seu potencial intelectual.

Numa prespetiva clínica, a avaliação pedagógica dinâmica deve basear-se num programa educativo individual (PEI), alicerçado num processo de avaliação-intervenção complexo com objetivo de alterar os processos cognitivos dos alunos, desafiando assim a escola para uma maior qualidade do seu ensino com a meta da excelência.

COMUNICAÇÃO

Como o estudo se debruça sobre o caso de um aluno com problemas no grupo das funções da voz e da fala e nas funções do ritmo da fala, farei nesta parte da revisão da literatura uma abordagem dirigida às dificuldades diagnosticadas.

Os problemas na comunicação ao nível da fala são extremamente complexos. A capacidade de comunicar para o ser humano é inata, pois ela é adquirida e desenvolvida de uma forma natural. Quando tal não acontece, ou se desenrola de uma forma diferente do habitual, qualquer tentativa de comunicar torna-se difícil ou impossível de se realizar.

“É um processo ativo que requiere um emissor, que codifica ou formula uma mensagem e, por outro lado, um recetor que descodifica ou compreende a mensagem.” (Santos, 2002 p. 22).

Para estabelecermos uma comunicação é necessário um conjunto de complexas combinações de competências cognitivas, motoras, sensoriais e sociais. A comunicação está relacionada com todas as áreas do desenvolvimento.

“As “skills” cognitivas envolvidas na comunicação incluem a memória de curto e de longo termo assim como a capacidade de estabelecer associações entre um símbolo e o seu representante. Quanto às

capacidades sensoriais (audição, visão e tato) estas permitem que a criança perceba as tentativas de comunicação do outro, mostrando-lhe a existência de outras pessoas com quem comunicar e que qualquer evento pode servir de tópico para conversar, para além de facilitar a compreensão das relações entre o símbolo e o seu referente”, (Nunes, 2001, p.80).

Definição de comunicação, linguagem, fala.

Os termos comunicação, linguagem e fala estão relacionados entre si, mas têm conceitos diferentes. A comunicação é “um processo complexo de troca de informações usado para influenciar o comportamento dos outros” (Orelve & Sossey citado por Nunes, 2001, p.80). Durante o processo de comunicação são necessários: um emissor e um recetor. O emissor emite uma mensagem usando um código, enquanto o recetor recebe a mensagem e descodifica-a.

Por sua vez “a linguagem é um código partilhado socialmente que representa ideias através do uso de símbolos arbitrários e regras que originam combinações de símbolos”, (McLaughlin, 1995, citado por Santos, 2002, p. 23).

Para Franco, Reis & Gil, (2005), “a linguagem é um sistema convencional de símbolos arbitrários e de regras de combinação dos mesmos, representando ideias que se pretendem transmitir através do seu uso e de um código socialmente partilhado, a língua.” (p. 16).

Por sua vez a fala, sendo um processo sensorio-motor necessita do controlo neurológico dos movimentos para criar sons e “está ligada à produção de um código através da produção de sons vocais padronizados apropriados para a linguagem” (Heward, 2002; Romski e Sevcik, 1996, citados por Santos, 2002, p.23).

O processo de aquisição da linguagem oral é desenvolvido “através de um processo interativo que envolve a manipulação, combinação e integração das formas linguísticas e das regras que lhe estão subjacentes, permitindo o desenvolvimento de capacidades de perceber a linguagem (linguagem compreensiva) e capacidades para formular/produzir linguagem (linguagem expressiva)” (Franco, Reis & Gil, 2005, p. 17). A todo este processo não são alheios os fatores ambientais, psicossociais, cognitivos e biológicos.

Problemas na comunicação.

Os problemas da comunicação referem-se a dois tipos de perturbações: da fala e da linguagem, que compreendem as dificuldades da compreensão ou produção da linguagem.

A *American Speech-Language-Hearing Association* (ASHA) define as perturbações de comunicação como uma diminuição da capacidade para receber, enviar, processar e compreender conceitos ou símbolos verbais, não-verbais ou gráficos, podendo tornar-se evidentes nos processos de audição, linguagem e/ou fala.

Perturbações da linguagem.

De acordo com Franco, Reis & Gil, (2005), a ASHA propôs a seguinte definição: uma perturbação de linguagem é uma aquisição anormal (alteração no processo de aquisição) ao nível da compreensão ou expressão da linguagem oral ou escrita. A perturbação poderá envolver uma delas ou ambas, ou ainda, algumas componentes do sistema linguístico, nomeadamente a componente fonológica, morfológica, semântica, sintática, ou a componente pragmática. Indivíduos com perturbações de linguagem têm, frequentemente, problemas no processamento de frases ou de informação abstrata, principalmente nos aspetos de armazenamento, bem como na recuperação da memória de curto e de longo prazo.

As perturbações podem situar-se na linguagem compreensiva, na linguagem expressiva ou na combinação de ambas.

Perturbações da fala.

A fala, segundo Bernstein e Tiegerman (1993, citado por Franco, Reis & Gil, 2005) é um dos modos usados na comunicação, é um modo verbal-oral de transmitir mensagens e envolve uma precisa coordenação de movimentos neuromusculares orais de modo a produzir sons e unidades linguísticas (fonemas, palavras, frases) realizada através do processo de articulação de sons.

Para Santos (2002), as perturbações da fala podem manifestar-se ao nível orgânico (causa física ou neurológica) ou funcional, e estão relacionadas com as dificuldades da voz (ausência ou produção de diferente da intensidade, do tom, da ressonância e/ou da duração), de articulação (está relacionada com a produção diferente dos sons da fala) e de fluência (consiste em dificuldades na realização de um ou mais fonemas).

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL

Após a referenciação e no período máximo de 60 dias, durante o qual decorre a avaliação, deverá ser elaborado o PEI (e.g. anexo 3), que é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação, com o objetivo de responder ao desafio de uma educação inclusiva, na qual a escola busca respostas educativas para os alunos com NEE.

O PEI “constitui um documento que assume a maior importância para os alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, bem como para todos os intervenientes no seu processo educativo. Desenhado para responder à especificidade das necessidades de cada aluno, o PEI é um instrumento fundamental no que se refere à operacionalização e eficácia da adequação do processo de ensino e de aprendizagem. Este procedimento facilita a progressão ao longo da escolaridade, permitindo aos alunos completar o ensino secundário com maiores níveis de sucesso.” (Pereira, 2008, p. 25).

Neste contexto, o PEI assume o papel de documento charneira na educação dos alunos com necessidades educativas especiais, por ser nele que se fixam e fundamentam as respostas educativas e respetivas formas de avaliação.

De acordo com a EADSNE (2006), o PEI é um documento que responde a todos os aspetos da educação do aluno (estratégias, recursos, resultados) em que devem ser tomados em consideração de igual forma os aspetos pessoais e sociais. Neste programa, o professor é responsável pela sua elaboração em estreita cooperação com o aluno, a sua família e com todos os outros profissionais necessariamente envolvidos.

O PEI integra o processo individual do aluno, uma vez que se trata de um documento charneira na educação daqueles que têm NEE, e é onde são documentadas quais são as necessidades educativas especiais de cada um e se fixam e fundamentam as respostas educativas e respetivas formas de avaliação da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação da sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.

De acordo com a EADSNE (2006), o PEI é um documento que responde a todos os aspetos da educação do aluno (estratégias, recursos e resultados), pelo que devem ser tidos em consideração de igual forma os aspetos pessoais e sociais, sendo o professor o responsável pela sua elaboração, sempre em estreita cooperação com o próprio aluno, a sua família e todos os outros profissionais envolvidos.

“O PEI é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente responsável pelo grupo ou turma ou pelo diretor de turma, dependendo do nível de educação ou ensino que o aluno frequenta, pelo docente de educação especial e pelo encarregado de educação, ou seja, por quem melhor conhece o aluno e por quem trabalha diretamente com ele.” (Pereira, 2008, p. 27).

O PEI deve ser feito em modelo aprovado pelo conselho pedagógico, no qual devem constar os dados do processo individual do aluno: identificação, história escolar e pessoal relevante, conclusões do relatório de avaliação e as adequações no processo de ensino aprendizagem a realizar com a indicação das metas, das estratégias, recursos humanos e materiais e formas de avaliação. O PEI faz referência aos fatores ambientais, à atividade e participação do aluno de acordo com a CIF-CJ.

Após esta abordagem introdutória sobre a importância que o PEI tem para a vida escolar e respetiva formação dos alunos com NEE, foi elaborado um (e.g. anexo 3) para o aluno objeto de estudo.

O PEI referido foi elaborado apenas pelo “Professor de Educação Especial”, pelo que apresenta algumas lacunas, uma vez que estas só seriam colmatadas com a intervenção de todos os outros elementos previsto no Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

A Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é todo o tipo de comunicação que aumente ou suplemente a fala, com o intuito de compensar os prejuízos ou incapacidades dos indivíduos com severos distúrbios de comunicação (ASHA - American Speech-Language Hearing Association, 1991).

A CAA destina-se a ultrapassar ou minimizar as necessidades dos indivíduos com dificuldades de comunicação, sendo utilizada como meio de expressão, linguagem de apoio ou linguagem alternativa.

Segundo Tetzchner & Martinsen (2000), os seus destinatários são indivíduos que possuem em comum o facto de não terem começado a falar ou não o terem feito na idade habitual, ou terem perdido a fala em idade precoce ou após uma lesão ou doença, residindo as diferenças entre estes grupos o facto de possuírem diferentes níveis de compreensão da linguagem, da compreensão e de a usar num futuro próximo.

De modo a compensar os distúrbios ou as incapacidades dos indivíduos de comunicar, é possível proporcionar sistemas alternativos e aumentativos de comunicação (SAAC), que lhes permite melhorar a sua auto-estima e qualidade de vida.

De acordo com Ferreira, Ponte, & Azevedo (2000), os SAAC baseiam-se em dois conceitos: comunicação alternativa (qualquer forma de comunicação diferente da fala); e comunicação aumentativa (comunicação complementar ou de apoio à fala).

Baseados nestes conceitos existem três tipos de SAAC, a saber:

1. Sistemas sem ajuda – não requerem nenhum instrumento ou auxílio técnico externo para que a comunicação se efetue;
2. Sistemas com ajuda – são constituídos por símbolos que necessitem de um qualquer tipo de suporte;
3. Sistemas mistos – utilizam símbolos gráficos e manuais.

De forma a perceber a importância e funcionamento dos SAAC, construí um conjunto de actividades (e.g. anexo 4), que visam estimular as aprendizagens dos alunos, de forma a facilitar a sua comunicação.

1. Atividade 1: Programa *online* – *Wordle*, descrito pelo fornecedor como sendo “um brinquedo para gerar "nuvens de palavras" do texto que você fornecer. As nuvens dão maior destaque às palavras que aparecem com mais frequência no texto-fonte.” Com este programa é possível criar um texto e imprimi-lo utilizando a tecla *printscreen*, nos quais são destacadas as palavras que pretendemos evidenciar.
2. Atividade 2: fornecido pelo professor, o *software* – *Babysmash*, que permite a interação, causa/efeito, da criança com o computador, através do teclado sobre formas coloridas, letras e números que aparecem na tela sempre com música. Direcionada para crianças de pouca idade, este programa informático bloqueia a tecla Windows, bem como Ctrl+Esc e Alt+Tab para que a criança não possa sair da aplicação. Pressionando ALT+F4 pode-se sair do aplicativo e Shift+Ctrl+Alt+O, temos acesso a janela de opções.
3. Atividade 3: *switchgame*, é um programa informático, na mesma linha do anterior, no qual a criança é desafiada a interagir com o computador ao mesmo tempo que é desafiada a aprender os números.

4. Atividade 4: é um aplicativo interativo para computador de nome *chimes* que se baseia no princípio de funcionamento o xilofone, a criança com o rato do computador vai clicando nas várias cores produzindo música, sendo assim estimulada ao nível sensorial.
5. Atividade 5, de forma a motivar a criança para aprendizagem do seu meio envolvente, criou-se um livro, “A cozinha do João”, no qual através de pequenas frases se indentifica e se ensina a função de quatro elementos da cozinha, fogão, frigorífico, mesa e lava-loiça, frases estas que com o programa informático *Widgit software* “traduzimos” para linguagem simbólica.
6. Atividade 6, baseada no livro da atividade anterior, é apresentado ao aluno uma actividade em *powerpoint*, na qual este é incentivado a clicar no botão direito do rato de forma a destapar uma figura coberta com formas geométricas, tentando descobrir qual é com o mínimo de cliques possível.
7. Atividade 7, na linha da anterior, é uma atividade causa/efeito, enquanto na anterior ao clicar o aluno retirava figuras geométricas, nesta igualmente em *powerpoint* ao clicar o aluno vai posicionando no local apropriado vários alimentos dentro de um frigorífico.
8. Atividade 8, esta atividade, “formas e cores”, apesar de ser feita em *powerpoint*, destina-se a ser impressa, e é constituída por dois tipos. Numa o aluno, deve rodear a cor, forma, utilidade e grau de dureza, do objeto que se encontra representado no canto superior direito. Na segunda, o aluno escreve a identificação, forma, cor, utilidade e grau de dureza.
9. Atividade 9, em *powerpoint*, de uma forma interativa, o aluno vai associando as cores de algumas peças de vestuário as cores de alimentos.
10. Atividade 10, utilizando um mapa semântico, com recurso a pictogramas o aluno descobre o ovo.

Por fim, no mesmo anexo, o quatro, apresenta-se uma grelha/ficha técnica dos SAAC, que abrangem as dez atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração tudo o que foi explanado ao longo do presente trabalho, é minha convicção que os objectivos traçados foram alcançados.

Na revisão literária foram abordados e analisados todos os problemas inicialmente diagnosticados ao aluno do caso estudo apresentado.

Relativamente aos documentos elaborados de acordo com o caso analisado, o RTP e o PEI demonstraram ser dois documentos fundamentais na prática do dia-a-dia com alunos com NEE, assim como foi um exercício fulcral na minha opinião para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da disciplina “Domínio Cognitivo e Motor”.

No que respeita à Comunicação Alternativa e Aumentativa, a aplicação de programas informáticos simples, tanto na sua implementação como utilização, permitiu-me e municiou-me para o futuro, de várias ferramentas informáticas capazes de ajudar a desenvolver atividades com os alunos, sem necessidade de grandes recursos materiais e tecnológicos. Ainda de acordo, com este propósito, foi possível verificar que as potencialidades do *powerpoint* e pictogramas tornam possível construir recursos com grande qualidade e alcance de acordo com as necessidades dos nossos alunos.

Concluindo, posso afirmar que foi desenvolvido um bom trabalho, tanto ao nível de contexto de sala de aula como na elaboração do presente texto.

BIBLIOGRAFIA

- Cruz, V. (2002). Dificuldades de Aprendizagem: Aspectos conceptuais e perspectivas de intervenção. *Cadernos de Educação de Infância*, (nº 63), 9-12.
- European Agency for Development in Special Needs Education (2006). Planos Individuais de Transição Apoiar a Transição da Escola para o Emprego. Acedido em fevereiro, 20, 2014 em https://www.european-agency.org/sites/default/files/itp_pt.pdf
- Fonseca, V. (2005). Dificuldades de Aprendizagem: na busca de alguns axiomas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (nº 3), 13-38.
- Ferreira, M. C. T., ponte, M. M. N.& Azevedo, L. M. F. (2000). Inovação Curricular na Implementação de Meios Alternativos de Comunicação em Crianças com Deficiência Neuromotora. Acedido em fevereiro, 12, 2014 em <http://www.inr.pt/content/1/113/livros-snr>
- Fonseca, V. (2008). *Dificuldades de aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar*. (4ª ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Nunes, C. (2001). *Aprendizagem Ativa na Criança com Multideficiência- guia de educadores*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento do ensino básico.
- Organização Mundial da Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. (A. Leitão, Trad.). Lisboa: Direcção-Geral da Saúde (International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps publicada em 2001).
- Pereira, F. (Coord.). (2008). *Educação Especial: Manual de Apoio à Prática*. Mem Martins: Direcção-Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular – Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo.
- Santos, A.C. (2002). Problemas de comunicação em alunos com necessidades educativas especiais: Um contributo para a sua compreensão. *Inclusão* (nº 3), 21-38.
- Tetzchner, S.V & Martinsen, H. (2000). *Introdução à Comunicação Aumentativa e Alternativa*. Porto: Porto Editora.

SITOGRAFIA

Feinberg, J. *Wordle* [em linha]. Acedido em 15/02/2014 em <http://www.wordle.net/>

NORMATIVOS

Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República nº 4/2009 – 1ª Série.

Ministério da Educação.

Decreto-Lei nº 281/2009 de 6 de outubro. Diário da República nº 193/2009 – 1ª Série.

Ministério da Educação.

Despacho nº 13170/2009 de 4 de junho. Diário da República nº 108/2009 – 2ª Série.

Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação

ANEXOS

ANEXO 1

História escolar e pessoal do aluno

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome do Aluno: C	Data de Nascimento: 9/10/2004
Nível de Escolaridade: 1.º CEB	Ano de Escolaridade: 3.º

HISTÓRIA ESCOLAR E PESSOAL

Resumo da História Escolar

O aluno frequentou o Jardim-de-infância desde 2007, foi apoiado pela Intervenção Precoce, desde a nascença até aos dois anos, por risco ambiental, tendo ingressado no 1.º ano do 1.º CEB no ano letivo 2011/2012, após um ano de adiamento da matrícula deste ciclo de ensino.

Durante a sua frequência no Jardim-de-infância manifestou algumas dificuldades no seu desenvolvimento global.

Apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam as aprendizagens e está também identificado por atraso do desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória.

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

Beneficiou de apoio em terapia da fala desde 2008/2009.

No ano letivo 2012/2013, deu-se o falecimento do pai e o aluno continua a ser seguido na consulta de desenvolvimento no Centro Hospitalar.

Outros Antecedentes Relevantes

O aluno vive com os pais e duas irmãs mais velhas, ambas com Necessidades educativas Especiais, na localidade de Ourondo. O meio socioeconómico e cultural, considera-se desfavorecido. O ambiente familiar é rico em termos afetivos, mas é pouco estimulante a nível do desenvolvimento. Parece que há falta de regras. A família é empenhada e atenta ao bem-estar e desenvolvimento do aluno.

O pai, com 47 de idade, encontra-se aposentado, pois é portador de uma doença que o limita. Como habilitações literárias, possui a 4.ª classe. A mãe, de 37 anos de idade, é doméstica e possui a 4.ª classe como habilitações literárias.

O aluno é seguido em consulta de desenvolvimento no Centro Hospitalar, desde Junho de 2009 com o diagnóstico de défice cognitivo homogéneo, encontrando-se ainda em estudos metabólicos e genéticos (relatório médico).

É acompanhado pela psicóloga clínica, tendo esta referido no relatório que se encontra no processo do aluno, que, em termos cognitivos, revela a existência de limitações que condicionam as aprendizagens.

Beneficia de sessões de terapia da fala, psicomotricidade e terapia ocupacional na UAM na escola sede de Agrupamento.

No ano letivo de 2012/2013 é apoiado pela educação especial na escola de 1.º CEB (segundas-feiras e quintas-feiras) e também na UAM à quinta-feira no período da manhã. Durante o segundo período, o aluno começou a beneficiar um tempo de expressão plástica na UAM.

O pai faleceu durante o primeiro período do ano letivo de 2012/2013. O aluno vive agora com a mãe, as duas irmãs e o avô materno.

O aluno foi encaminhado para consulta de oftalmologia no segundo período de 2012/2013 e passou a usar óculos graduados.

PERFIL DE FUNCIONALIDADE DO ALUNO POR REFERÊNCIA À CIF-CJ

Funções do corpo

De acordo com a avaliação por referência à CIF-CJ, o aluno apresenta défice grave nas funções mentais da linguagem (b167), do grupo funções mentais específicas.

Apresenta uma grave incapacidade na memória (b144), que lhe condicionam a capacidade de retenção e evocação dos conteúdos das atividades desenvolvidas na sala. Demonstra uma incapacidade moderada nas funções psicomotoras (b147).

Manifesta no grupo das funções da voz e da fala uma incapacidade moderada nas funções de articulação (b320) e nas funções de fluência e do ritmo da fala (b330).

No que diz respeito ao grupo das funções mentais globais o aluno manifesta défice grave nas funções intelectuais (b117).

Por tudo o que foi exposto podemos concluir que as incapacidades do aluno a nível das funções mentais globais e das funções mentais específicas têm impacto na aquisição de aprendizagens e no desempenho das diferentes tarefas escolares, na capacidade de lidar com novas situações, em particular, quando as tarefas exigem uma mudança de estratégia cognitiva. Portanto o aluno tem dificuldade acentuada em levar a cabo uma tarefa única.

ANEXO 2
Relatório técnico pedagógico

Formulário de Referência

Ano Letivo 2009/2010

Agrupamento de Escolas:	<u>Turma de Pós-graduação – Especialização – Educação Especial no Domínio Cognitivo e Motor</u>
-------------------------	---

Identidade ou pessoa responsável pela referência:	<u>Educadora de Infância</u>
Data da referência:	Final do ano letivo 2009/2010

Nome:	C	Data de Nascimento:	09/10/2004		
Morada:		Telefone:			
Nível de Educação ou Ensino:	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-Escolar	<input type="checkbox"/> 1ºCEB	<input type="checkbox"/> 2º CEB	<input type="checkbox"/> 3ºCEB	<input type="checkbox"/> E. Secundário
Ano de Escolaridade:		Turma:			
Outra situação:					

Motivo da referência:

O/A C é uma criança que desde o seu nascimento é acompanhado(a) pela Intervenção Precoce, vive com os pais e duas irmãs mais velhas, ambas com Necessidades Educativas Especiais.

Manifesta algumas dificuldades no seu desenvolvimento global.

Apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam as aprendizagens e atraso do desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória.

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

Tomei conhecimento

Assinatura do Conselho Executivo: _____

Data: ____/____/____

PLANIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

(Recolha de informação por referência à CIF-CJ)

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: C

Data de Nascimento: 09 / 10 / 2004

Idade: 5 anos

Ano de Escolaridade: _____

J.I. : Educação Especial

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO ALUNO

O/A C é uma criança que desde o seu nascimento é acompanhado(a) pela Intervenção Precoce, vive com os pais e duas irmãs mais velhas, ambas com Necessidades Educativas Especiais.

Manifesta algumas dificuldades no seu desenvolvimento global.

Apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam as aprendizagens e atraso do desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória.

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

EQUIPA PLURIDISCIPLINAR

Nome	Função/serviço a que pertence
	Equipa da Intervenção Precoce Educador(a) de Infância Encarregado de Educação Médico Professor Educação Especial Psicólogo

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

O QUE AVALIAR?					
Funcionalidade e Incapacidade					
Componentes	Capítulo	Código	Categoria	Dados já existentes	Informação a recolher
Atividade e participação	1	d199	Aprendizagem e Aplicação de conhecimentos, não especificados	X	
	2	d210	Realizar uma única tarefa	X	
	3	d330	Falar	X	
Funções do corpo	1	b117	Funções intelectuais	X	
		b144	Funções da memória	X	
		b147	Funções psicomotoras	X	
		b167	Funções mentais da linguagem	X	
	3	b320	Funções da articulação	X	
		b330	Funções da fluência e do ritmo da fala	X	

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

O QUE AVALIAR?					
Funcionalidade e Incapacidade					
Compo- nentes	Capítulo	Código	Categoria	Dados já existentes	Informação a recolher
Componente: fatores ambientais	3	e310	Família próxima	X	
	4	e465	Normas, práticas e ideologias sociais	X	

Outros fatores contextuais relevantes incluindo fatores pessoais	
--	--

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

COMO AVALIAR?					
Componentes	Categorias	Fonte de informação	Instrumentos a usar	Profissional responsável	Calendarização
Atividade e Participação	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizagem e Aplicação de conhecimentos, não especificados Realizar uma única tarefa Falar 	Pais Aluno Professores Relatórios Portefólio do aluno	Observação ocasional Questionários Pesquisa documental no processo do aluno	Equipa da Intervenção Precoce (EIP) Educadora Prof. Educação Especial	
Funções do Corpo	<ul style="list-style-type: none"> Funções intelectuais Funções da memória Funções psicomotoras Funções mentais da linguagem Funções da articulação Funções da fluência e do ritmo da fala 	Testes médicos e psicológicos	Testes médicos e psicológicos	Médico Psicólogo	
Fatores Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Família próxima Normas, práticas e ideologias sociais 	Pais Aluno Educadora	Observação naturalista Questionários Entrevistas	EIP Educadora Prof. Educação Especial Pais	

CHECKLIST

Funções do Corpo

Nota: Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhuma deficiência; **1-** Deficiência ligeira; **2-** Deficiência moderada **3-** Deficiência grave;
4- Deficiência completa; **8-** Não especificada¹; **9-** Não aplicável²

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Funções Mentais							
<i>(Funções Mentais Globais)</i>							
b117 Funções intelectuais				X			
<i>(Funções Mentais Específicas)</i>							
b144 Funções da memória				X			
b147 Funções psicomotoras			X				
b167 Funções mentais da linguagem			X				
Capítulo 2 – Funções sensoriais e dor							
Capítulo 3 – Funções da voz e da fala							
b320 Funções de articulação		X					
b330 Funções da fluência e do ritmo da fala		X					
Capítulos 4 - Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório							
Capítulo 5 – Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólicos e endócrino							
Capítulo 6 – Funções genitourinárias e reprodutivas							
Capítulo 7 – Funções neuromusculoesqueléticas e funções relacionadas com o movimento							
Outras funções corporais a considerar							
Atividade e Participação							

Nota: Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação ao nível do desempenho (o que o indivíduo faz no ambiente de vida habitual, de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhuma dificuldade; **1-** Dificuldade ligeira; **2-** Dificuldade moderada **3-** Dificuldade grave; **4-** Dificuldade completa; **8-** Não especificada³; **9-** Não aplicável⁴

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Aprendizagem e Aplicação de Conhecimentos							
d199 Aprendizagem e Aplicação de conhecimentos, não especificados				x			
Capítulo 2 – Tarefas e exigências gerais							
d210 Levar a cabo uma tarefa única				x			
Capítulo 3 – Comunicação							
d330 Falar			X				
Capítulo 4 – Mobilidade							
Capítulo 5 – Autocuidados							
Capítulo 6 – Vida doméstica							
Capítulo 7 – Interações e relacionamentos interpessoais							
Capítulo 8 – Áreas principais da vida							
Capítulo 9 - Vida comunitária, social e cívica							
Outros aspetos da Atividade e Participação a considerar							

Fatores Ambientais

Nota: Podem ser tidas em consideração todas as categorias ou apenas aquelas que se considerem mais pertinentes em função da condição específica da criança/jovem. As diferentes categorias podem ser consideradas enquanto barreiras ou facilitadores. Assinale, para cada categoria, com (.) se a está a considerar como barreira ou com o sinal (+) se a está a considerar como facilitador. Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhum facilitador/barreira 1- Facilitador/barreira ligeiro; 2- **Facilitador/barreira moderado** 3- Facilitador substancial/barreira grave; 4- Facilitador/barreira completo; 8- Não especificada; 9- Não aplicável

Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Produtos e Tecnologia								
Capítulo 2 – Ambiente Natural e Mudanças Ambientais feitas pelo Homem								
Capítulo 3 – Apoio e Relacionamentos								
e310 Família próxima	+			X				
Capítulo 4– Atitudes								
e465 Normas, práticas e ideologias sociais	•			X				
Capítulo 5– Serviços, Sistemas e Políticas								
Outros fatores ambientais a considerar								

³ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da dificuldade.

⁴ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

(por referência à CIF)

Nome: C

Data de nascimento: 09/10/2004

Ano de escolaridade: final do ano letivo 2009/2010

Perfil de funcionalidade

1. Atividade e participação

O aluno apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam de uma forma grave as aprendizagens e o desempenho nas diferentes tarefas escolares (d199 - aprendizagem e aplicação de conhecimento, não especificadas).

Revela dificuldades acentuadas na realização de uma tarefa única (d210 - realizar uma única tarefa).

Tem uma dificuldade moderada em produzir mensagens verbais constituídas por palavras que condicionam e atrasam o desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória (d330 - falar).

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

2. Fatores ambientais

O ambiente familiar é um facilitador moderado, pois é rico em termos afetivos, é empenhada e atenta ao bem-estar e desenvolvimento do aluno, mas é pouco estimulante a nível do seu desenvolvimento (e310 - família próxima).

A aparente falta de regras constitui uma barreira moderada (e465 - normas, práticas e ideologias sociais).

3. Funções do corpo

O aluno apresenta défice grave nas funções mentais da linguagem (b167 - do grupo funções mentais específicas).

Apresenta uma grave incapacidade na memória (b144) que lhe condicionam a capacidade de retenção e de evocação dos conteúdos das atividades desenvolvidas na sala. Demonstra uma incapacidade moderada nas funções psicomotoras (b147).

Manifesta no grupo das funções da voz e da fala uma incapacidade moderada nas funções de articulação (b320) e nas funções de fluência e do ritmo da fala (b330).

No que diz respeito ao grupo das funções mentais globais, o aluno manifesta déficit grave nas funções intelectuais (b117).

Razões que determinam as NEE de caráter permanente/tipologia

As incapacidades do aluno ao nível das funções mentais globais e das funções mentais específicas têm impacto na aquisição de aprendizagens e no desempenho das diferentes tarefas escolares, na capacidade de lidar com novas situações, em particular, quando as tarefas exigem uma mudança de estratégia cognitiva. Portanto, o aluno tem dificuldade acentuada em levar a cabo uma tarefa única.

Respostas e medidas educativas a adotar

O(A) aluno(a) deve beneficiar do disposto no ponto 2 do artigo 19 do decreto – Lei nº 3/2008 de 7 janeiro, adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória, por um ano.

Simultaneamente deve beneficiar de:

- Apoio de docente especializado em problemas graves de cognição;
- Terapias da fala e ocupacional.

Relatório elaborado por: _____ _____ Data: ____/____/____
Concordo com presente relatório, o encarregado de educação: _____ Data: ____/____/____

Homologado por: _____

Cargo: _____

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO 3 |
Plano Educativo Individual

Programa Educativo Individual

Ano Letivo 2009/2010

Estabelecimento de Ensino: _____

Agrupamento de Escolas: _____

Turma de Pós-graduação - Especialização - Educação Especial no
Domínio Cognitivo e Motor

Nome: _____

C

Data de Nascimento: _____

09 / 10 / 2004

Morada: _____

Telefone: _____

Nível de Educação ou Ensino:



Pré-Escolar



1ºCEB



2º CEB



3ºCEB



E. Secundário

Ano de Escolaridade: _____

Turma: _____

Docente responsável pelo grupo/turma: _____

XXXXX

Docente de educação especial: _____

Carlos Alberto Espinha Marcos

1. História escolar e pessoal

Resumo da história escolar

O aluno frequentou o jardim de infância desde 2007, foi apoiado pela Intervenção Precoce desde a nascença até aos dois anos por risco ambiental, tendo ingressado no 1.º ano do 1.º CEB no ano letivo 2011/2012, após um ano de adiamento da matrícula deste ciclo de ensino.

Durante a sua frequência no jardim de infância manifestou algumas dificuldades no seu desenvolvimento global.

Apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam as aprendizagens e está também identificado por atraso do desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória.

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

Beneficiou de apoio em terapia da fala desde 2008/2009.

No ano letivo 2012/2013, deu-se o falecimento do pai e o aluno continua a ser seguido na consulta de desenvolvimento no Centro Hospitalar.

Outros antecedentes relevantes

O aluno vive com os pais e duas irmãs mais velhas, ambas com Necessidades educativas Especiais, na localidade de Ourondo. O meio socioeconómico e cultural considera-se desfavorecido. O ambiente familiar é rico em termos afetivos, mas é pouco estimulante a nível do desenvolvimento. Parece existir falta de regras. A família é empenhada e atenta relativamente ao bem-estar e desenvolvimento do aluno.

O pai, com 47 de idade, encontra-se aposentado, pois é portador de uma doença que o limita. Como habilitações literárias possui a 4.ª classe. A mãe, de 37 anos de idade, é doméstica e possui a 4.ª classe como habilitações literárias.

O aluno é seguido em consulta de desenvolvimento no Centro Hospitalar desde junho de 2009 com o diagnóstico de défice cognitivo homogéneo, encontrando-se ainda em estudos metabólicos e genéticos (relatório médico).

É acompanhado pela psicóloga clínica, tendo esta referido no relatório que se encontra no processo do aluno, que, em termos cognitivos, revela a existência de limitações que condicionam as aprendizagens.

Beneficia de sessões de terapia da fala, psicomotricidade e terapia ocupacional na UAM na escola sede de Agrupamento.

No ano letivo de 2012/2013 é apoiado pela educação especial na escola de 1.º CEB (segundas-feiras e quintas-feiras) e também na UAM à quinta-feira no período da manhã. Durante o segundo período, o aluno começou a beneficiar um tempo de expressão plástica na UAM.

O pai faleceu durante o primeiro período do ano letivo de 2012/2013. O aluno vive agora com a mãe, as duas irmãs e o avô materno.

O aluno foi encaminhado para consulta de oftalmologia no segundo período de 2012/2013 e passou a usar óculos graduados.

2. Perfil de funcionalidade do aluno por referência à CIF-CJ

Atividade e participação, Funções e estruturas do corpo, e Fatores ambientais

1. Atividade e participação

O aluno apresenta limitações ao nível cognitivo, que condicionam de uma forma grave as aprendizagens e o desempenho nas diferentes tarefas escolares (d199 - aprendizagem e aplicação de conhecimento, não especificadas).

Revela dificuldades acentuadas na realização de uma tarefa única (d210 - realizar uma única tarefa).

Tem uma dificuldade moderada em produzir mensagens verbais constituídas por palavras que condicionam e atrasam o desenvolvimento da linguagem expressiva, compreensiva e articulatória (d330 - falar).

Revela também dificuldade de atenção, concentração, memorização e insegurança na realização das atividades.

2. Fatores ambientais

O ambiente familiar é um facilitador moderado pois é rico em termos afetivos, é empenhada e atenta ao bem-estar e desenvolvimento do aluno, mas é pouco estimulante ao nível do seu desenvolvimento (e310 - família próxima).

A aparente falta de regras constitui uma barreira moderada (e465 - normas, práticas e ideologias sociais).

3. Funções do corpo

O aluno apresenta défice grave nas funções mentais da linguagem (b167 - do grupo funções mentais específicas).

Apresenta uma grave incapacidade na memória (b144), que lhe condicionam a capacidade de retenção e evocação dos conteúdos das atividades desenvolvidas na sala. Demonstra uma incapacidade moderada nas funções psicomotoras (b147).

Manifesta no grupo das funções da voz e da fala uma incapacidade moderada nas funções de articulação (b320) e nas funções de fluência e do ritmo da fala (b330).

No que diz respeito ao grupo das funções mentais globais, o aluno manifesta défice grave nas funções intelectuais (b117).

Por tudo o que foi exposto, podemos concluir que as incapacidades do aluno ao nível das funções mentais globais e das funções mentais específicas têm impacto na aquisição de aprendizagens e no

desempenho das diferentes tarefas escolares, na capacidade de lidar com novas situações, em particular, quando as tarefas exigem uma mudança de estratégia cognitiva. Portanto o aluno tem dificuldade acentuada em levar a cabo uma tarefa única.

3. Adequações no processo de ensino e de aprendizagem

Medidas educativas a implementar

a) Apoio pedagógico personalizado



Ao nível do estímulo e reforço e aptidões envolvidas na aprendizagem o aluno deve beneficiar de sessões de terapia da fala, psicomotricidade e terapia ocupacional na UAM na escola sede de Agrupamento.

Como forma de reforçar e desenvolver competências específicas, deve ser apoiado pela educação especial na escola de 1.º CEB (segundas-feiras e quintas-feiras) e também na UAM à quinta-feira no período da manhã.

b) Adequações curriculares individuais



O aluno deve beneficiar um tempo de expressão plástica na UAM

c) Adequações no processo de matrícula

O aluno deve beneficiar do disposto no ponto 2 do artigo 19 do decreto – Lei nº 3/2008 de 7 janeiro, adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória, por um ano.

O aluno deverá beneficiar de turma reduzida de acordo com o disposto no ponto 2 do artº 12º do Dec Lei 3/2008, conjugado com o ponto 5.4 do Desp. 13170/2009 de 4 de junho.

Deve frequentar a unidade especializada de apoio a alunos com multideficiência (UAM) na sede do agrupamento.

d) Adequações no processo de avaliação

e) Currículo específico individual

(anexar currículo)

f) Tecnologias de apoio

4. Plano Individual de Transição

(Sempre que se justifique a elaboração de um PIT, este deve ser anexado)

Não se aplica nesta altura.

1. Responsáveis pelas respostas educativas

Identificação dos intervenientes	Funções desempenhadas	Horário
_____	Professor titular da turma	_____
_____	Professor de Educação Especial	_____
_____	Professor de Expressão Plástica	_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____

2. Implementação e avaliação do PEI

Início da implementação do PEI

Setembro de 2011

Avaliação do PEI

A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas aqui estabelecidas, tem obrigatoriamente que ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola ou sempre que se julgue adequado, em reunião com todos os intervenientes no seu processo educativo.

Esta avaliação será consubstanciada no final do ano letivo, no relatório circunstanciado, elaborado por todos os intervenientes no processo educativo do aluno.

Transição entre ciclos (sempre que se justifique)

Não se aplica

2. Elaboração e Homologação

PEI Elaborado por:

Profissional:

Assinatura

Coordenação do PEI a cargo de (Educador de Infância, Professor do 1º CEB ou Diretor de Turma):

Nome:

Assinatura:

Aprovado pelo Conselho Pedagógico:

Data:

Assinatura:

Homologado pelo Conselho Executivo:

Data:

Assinatura:

Concordo com as medidas educativas definidas,

O Encarregado de Educação:

Data:

Assinatura:

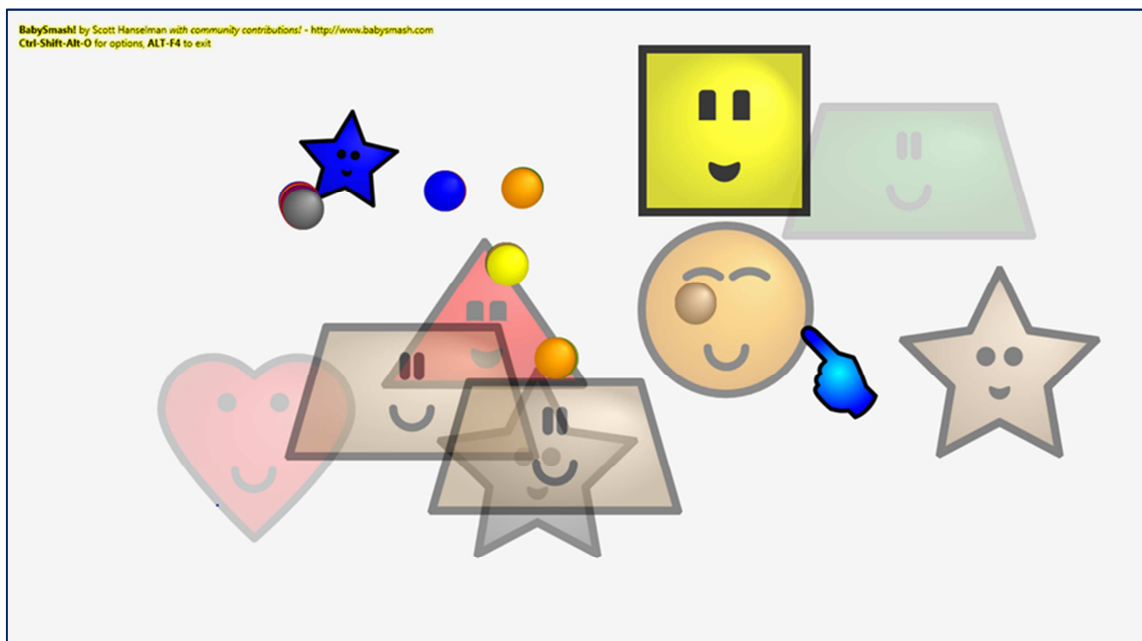
ANEXO 4

Atividades desenvolvidas em Comunicação Alternativa e Aumentativa

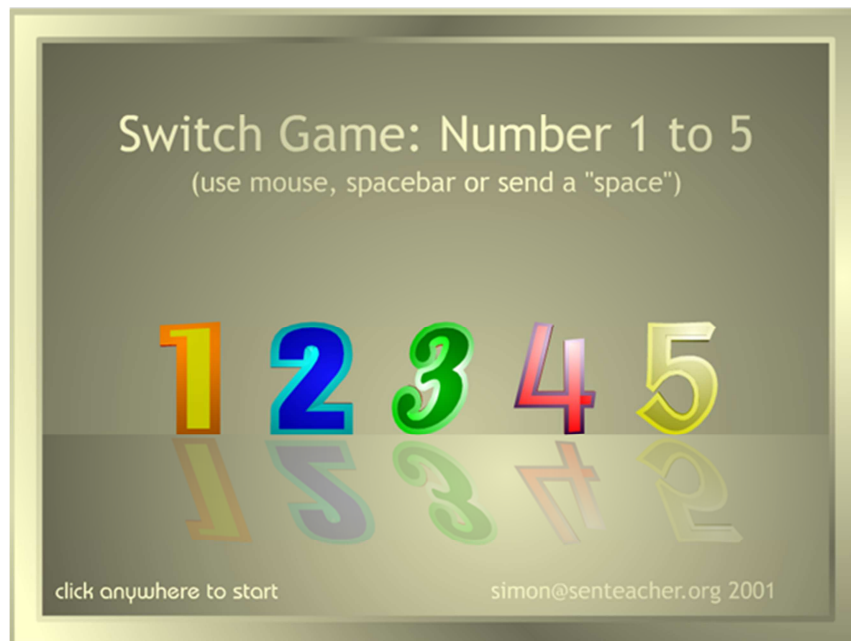
Atividade 1 - wordle

do
João
cozinha

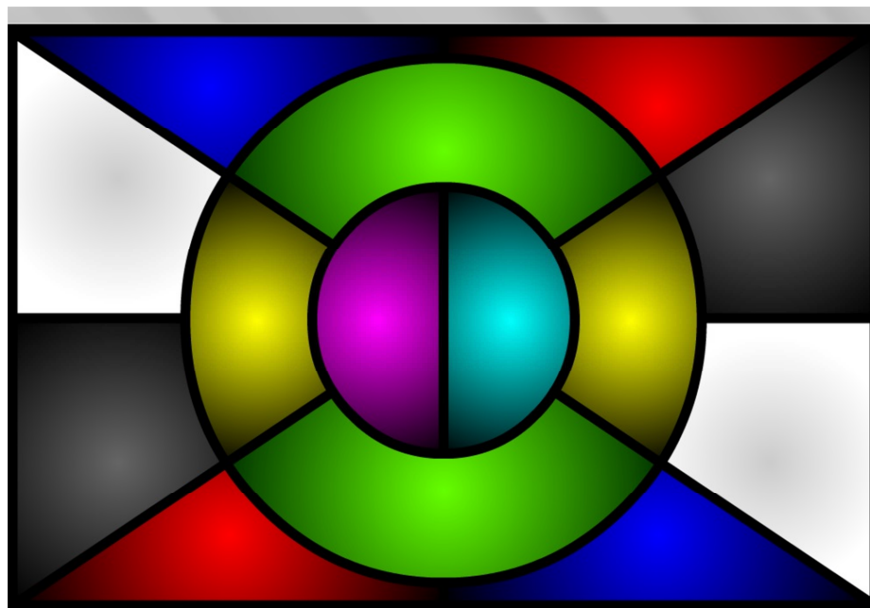
Atividade 2 – Babysmash.



Atividade 3 – Switchgame.



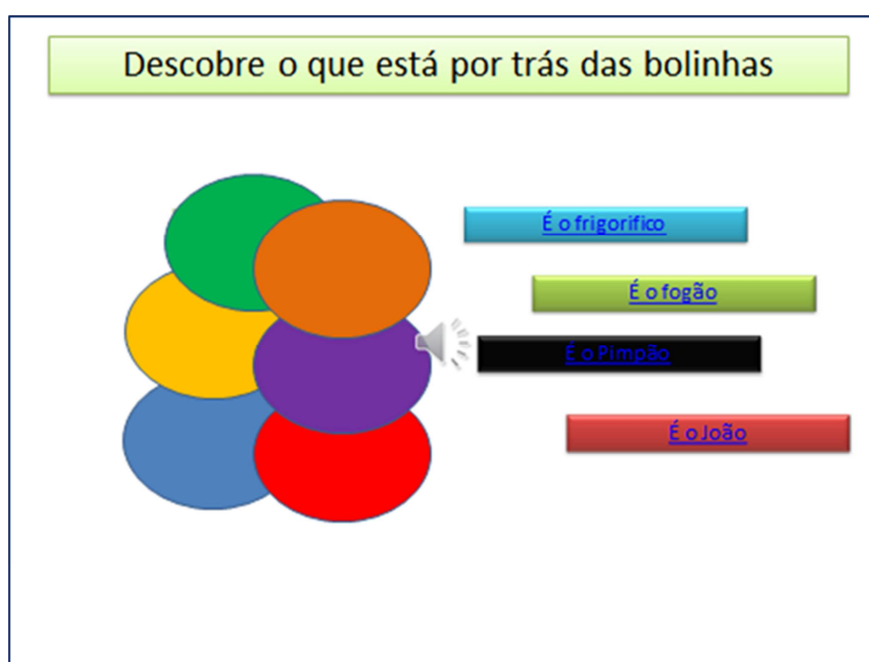
Atividade 4 - Chimes



Atividade 5 – Livro



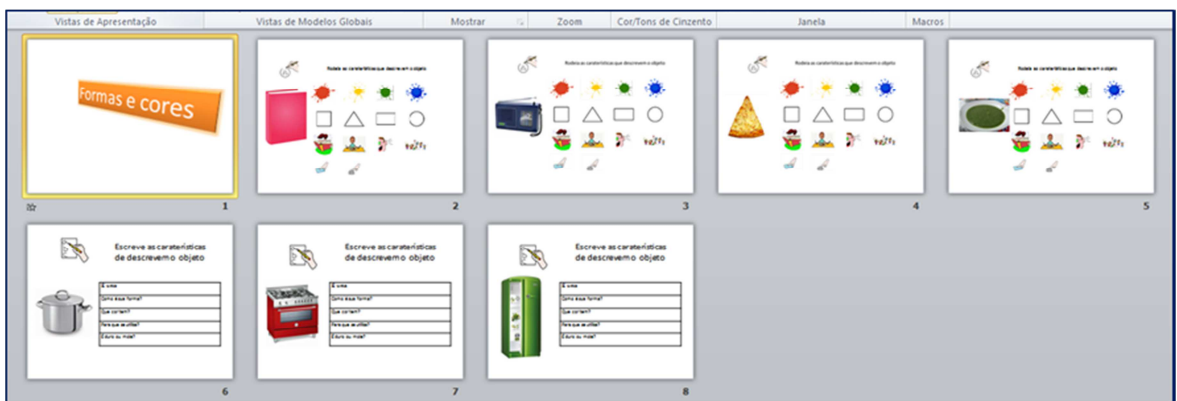
Atividade 6 – Causa/efeito – identificar o fogão.



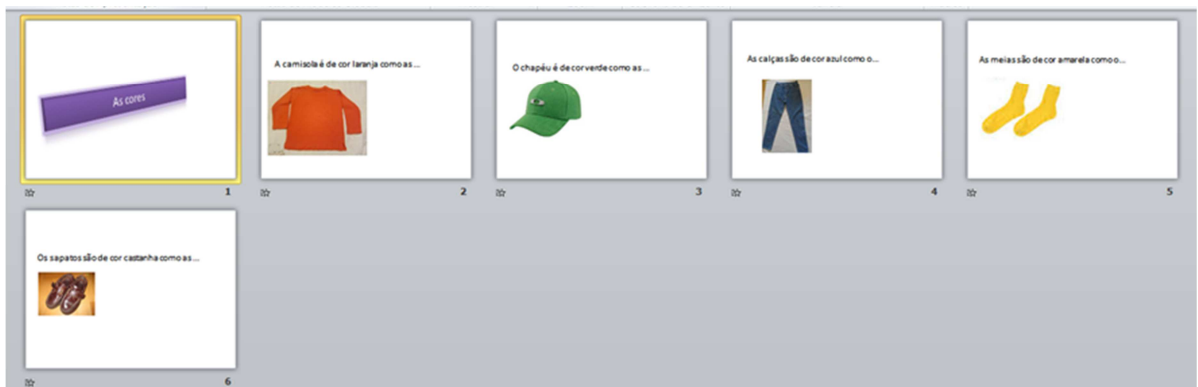
Atividade 7 – Causa/efeito – guardar alimentos no frigorífico






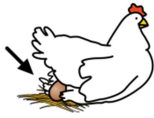
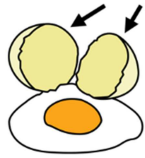
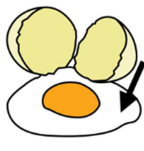
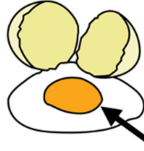



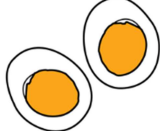
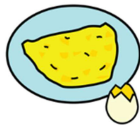



Atividade 8 – Formas e cores



Atividade 9 - As cores



Atividade 10 – Mapa semântico –o ovo

				
		OVO		
Cor				
	Branco		Castanho	
Vem				
		É posto pela galinha		
Tem				
	Casca	Clara	Gema	
Podem-se				
		Comer		Nascem pintos
Comem-se				
	Fritos	Cozidos	Omelete	
Encontramos				
	Quintas	Supermercado	Frigorífico	

Grelha/ficha técnica

Tipo	SAAC	Nível de escolaridade
<ul style="list-style-type: none"> • Mapa semântico. • Material informático. • Material curricular. • Material para a comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Fotos. • Imagens. • Pictogramas (símbolos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação infantil. • 1º CEB. • Educação Especial
Idade	Dirigido	Área curricular
<ul style="list-style-type: none"> • 3 a 6 • 6 a 10 • Outros intervalos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espectro do autismo. • Défices cognitivos. • Multideficiência. • Outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem e comunicação. • Estudo do meio. • Ciências experimentais. • Expressão artística.